



## CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

### NOTA TÉCNICA Nº 3162/2025/COLIC/CGLCD/DGC/SE

#### PROCESSO Nº 00190.104197/2025-21

**INTERESSADOS:** COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO - CDCAP; SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - SEDORG E INTEERI DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO GERENCIAL.

#### 1. ASSUNTO

1.1. Proposta de **nova** submissão dos autos à Diretora de Gestão Corporativa para aprovação de aditamento à contratação resultante da Inexigibilidade de Licitação nº 88/2025, mediante análise técnica da contratação, com fulcro no art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 2. REFERÊNCIAS

- 2.1. [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;](#)
- 2.2. [Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;](#)
- 2.3. [Portaria nº 8.678, de 19 de julho de 2021;](#)
- 2.4. [Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022;](#)
- 2.5. [Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021;](#)
- 2.6. [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022;](#)
- 2.7. [Portaria SE/CGU nº 38, de 16 de dezembro de 2022;](#)
- 2.8. **Portaria nº 18/2022 - Organização Interna DGC (3652581);**
- 2.9. Portaria Nomeações CGLCD - DGC - COLIC (3652626);
- 2.10. Portaria Nomeações CGLCD - DGC - COLIC (3652626);
- 2.11. Portaria nº 732/2023 - Atividades de Custeio (3652725);
- 2.12. [Parecer nº 00016/2023/CNLCA/CGU/AGU;](#) e
- 2.13. [Planejamento Estratégico Institucional da Controladoria-Geral da União \(CGU\).](#)

#### 3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. A presente Nota Técnica tem por objetivo justificar a necessidade de aditamento à contratação resultante da Inexigibilidade de Licitação nº 88/2025, cujo objeto é a capacitação intitulada “**Treinamento de Comunicação Assertiva e Diálogo de Desenvolvimento na CGU**”, e a prestação dos serviços será realizada pela empresa INTEERI DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO GERENCIAL (CNPJ nº 19.887.061/0001-40).

3.2. A demanda originalmente aprovada contemplava:

- 3.2.1. 02 (duas) turmas presenciais voltadas a lideranças;
- 3.2.2. 01 (uma) turma virtual para lideranças;
- 3.2.3. 01 (uma) live aberta destinada aos servidores;
- 3.2.4. Elaboração de 01 (um) e-book sobre comunicação assertiva e feedback.

3.3. O valor global inicialmente constante da proposta comercial era de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais).

#### 4. DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO E DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

4.1. Preliminarmente, cumpre informar que os autos foram instruídos com seguintes os artefatos:

- 4.1.1. Documento de Formalização da Demanda (3602945), vinculado ao Plano PCA 370003-88/2025 (3652741); e
- 4.1.2. Termo de Referência nº 71/2025 - V.2 (3651652).

4.2. Em ato subsequente, por meio da “*Nota Técnica 1934 autorização para publicação de Inexigibilidade (3664620)*”, constatada a regularidade da instrução processual e o atendimento integral aos requisitos legais aplicáveis, a Diretora de Gestão Corporativa autorizou a publicação da inexigibilidade, nos termos da legislação vigente, resultando nos registros formais, segundo demonstra o “*Resultado Homologação Contratação 370003-88/2025 (3669593)*”, e na emissão da Nota de Empenho (3671301).

4.3. Posteriormente, conforme disposto na “*Nota Técnica 3110 (3764982)*”, e após alinhamentos internos e anuência das instâncias competentes, identificou-se a necessidade de **ampliar a carga horária e o alcance da capacitação**, mediante a inclusão de **mais uma oficina online**, destinada a atender públicos distintos das unidades regionais.

4.4. Ressalta-se que a ampliação proposta implicará um **incremento de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)**, representando,

aproximadamente, 21,6% sobre o valor original da contratação - estando, portanto, dentro do limite legal de 25% de acréscimo, previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021 -, e, com isso, **elevando o valor global da contratação para R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)**, bem como exigirá a **readequação do cronograma de execução**, que passará a ocorrer nos meses de setembro e outubro de 2025.

4.5. Importa destacar que as **alterações não descaracterizam o objeto contratual**, preservando o escopo originalmente pactuado e agregando maior capilaridade às lideranças regionais.

4.6. Além disso, salienta-se que o acréscimo proposto na carga horária e no valor global da contratação mantém correlação direta com a compatibilidade de preços, conforme demonstrado no item 2.4 – Justificativa do Preço do "Termo de Referência nº 71/2025 - V.2 (3651652)".

4.7. Inobstante a ausência de formalização por meio de termo contratual típico - tendo em vista que a CGU adotou o instrumento substitutivo, nos moldes dos Anexos I(3648461) e II (3648469) do TR, fazendo uso da faculdade prevista no art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, justificada também pela natureza do objeto (contratação por escopo) -, entende-se juridicamente viável, à luz do princípio da analogia, aplicar ao presente caso a disciplina do aditamento contratual.

4.8. Ressalte-se que a utilização de substitutivo de contrato, e o aditamento deste, além de estarem em consonância com os arts. 95 e 124 da Lei nº 14.133/2021, ainda encontram respaldo no entendimento consolidado no **Parecer nº 00016/2023/CNLCA/CGU/AGU**, e na **Orientação Normativa AGU nº 84/2024**, que aborda a possibilidade de ajustes formais em instrumentos equivalentes ao contrato, desde que **preservados os limites legais e a essência do objeto**.

4.9. Dessa forma, a alteração proposta encontra respaldo normativo e doutrinário, garantindo a segurança jurídica, a continuidade da execução contratual e a aderência aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

## 5. DA COMPROVAÇÃO DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO

5.1. A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 74, *caput*, combinado com o inciso III, alínea "f", estabelece que a **inexigibilidade de licitação** para a contratação de serviços técnicos especializados de **treinamento e aperfeiçoamento de pessoal** somente é admissível quando se tratar de **profissional ou empresa de notória especialização**.

5.2. Nesse contexto, a notória especialização é caracterizada pelo reconhecimento do profissional ou da empresa no campo de sua especialidade, evidenciado por desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, estrutura, equipe técnica ou outros requisitos relacionados às suas atividades.

5.3. Tal aspecto foi abordado no item 2.3. do "Termo de Referência nº 71/2025 - V.2 (3651652)", ocasião na qual a área técnica apresentou um relato das atividades e eventos a serem conduzidos pela futura contratada, destacando que:

"A contratação do facilitador Henrique Dantas Santana é justificada pelo reconhecimento da expertise e experiência na construção de processos de aprendizagem e em transformação de indivíduos, equipes e organizações. O facilitador atua há 21 anos como consultor em diversas organizações públicas, privadas e do terceiro setor, conforme comprovação presente no Processo SEI 00190.104197/2025-21 por meio de diversos Atestados de Capacidade Técnica."

5.4. Os seguintes documentos foram apresentados como comprovação da notória especialização:

- 5.4.1. Atestado de Capacidade Técnica - UFT (3607093);
- 5.4.2. Atestado de Capacidade Técnica - MDS (3607117);
- 5.4.3. Atestado de Capacidade Técnica - Estado SP 2 (3607124);
- 5.4.4. Atestado de Capacidade Técnica - Estado SP (3607102);
- 5.4.5. Atestado de Capacidade Técnica - AGU (3607110), e
- 5.4.6. Atestado de Capacidade Técnica - TCU (3607114).
- 5.4.7. Mesmo que não mencionado pela área técnica, consta dos autos do processo o "Currículo Henrique Dantas de Santana (3607066)".

## 6. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DA RAZOABILIDADE DO PREÇO

6.1. O valor total da contratação passa a ser de **R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)**, considerando o disposto na "Proposta Inteeri (3765691)", na "Nota Técnica 3110 (3764982)" e na autorização inserta no "Despacho (3768359)".

6.2. Em observância ao disposto no art. 7º, *caput*, c/c os §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, a comparação de preços, para fins de comprovação da compatibilidade com os valores praticados pela futura contratada — tendo em vista se tratar de contratação por inexigibilidade de licitação — foi realizada com base no seguinte parâmetro: **Notas de Empenho referentes à mesma capacitação ou a treinamentos similares**, a saber:

- a) Nota Fiscal - IPHAN (3607083);
- b) Nota Fiscal - TCU (3607087); e
- c) Nota Fiscal - DNIT (3607082).

## 7. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

7.1. Conforme preconiza o art. 72, inciso IV, da Lei nº 14.133/21, é obrigatória a "demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido".

7.2. Nesse sentido, consta nos autos a "Declaração Disponibilidade Orçamentária 310 (3643721)", emitida pela Coordenação-Geral de Contabilidade, Orçamento e Finanças (CGCOF), em atendimento ao disposto no § 1º do art. 80 do Decreto-Lei nº 200/1967, nos incisos I e II do art. 167 da Constituição Federal de 1988, no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como no art. 72, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

7.3. Considerando os ajustes mencionados no item 4 desta Nota Técnica, que caracterizam **aditamento à contratação**, e diante da declaração de disponibilidade já existente, verifica-se a necessidade de **reforço orçamentário no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)**, resultando em acréscimo equivalente na 2025NE000064 (3671301), elevando o montante global para R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

8. **DO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO**

8.1. Nos termos do Parecer nº 00016/2023/CNLCA/CGU/AGU, que fundamenta a Orientação Normativa AGU nº 84/2024, a interpretação do inciso I do art. 95 da Lei nº 14.133/2021 deve considerar o valor da contratação, e não o procedimento que lhe deu origem (licitação, dispensa ou inexigibilidade). Assim, sempre que o valor se enquadrar nos limites previstos nos incisos I ou II do art. 75 da referida Lei, admite-se a substituição do termo contratual por instrumento equivalente, independentemente da modalidade adotada.

8.2. Nesse contexto, considerando a validade dos dispositivos constantes nos Anexos I e II do Termo de Referência Único – Serviços (com e sem engenharia) e Obras, versão de abril de 2025, a saber: "*Anexo I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo (3648461)*" e "*Anexo II – Termo de Ciência e Concordância (3765691)*", incorporam-se ao presente processo as justificativas e autorizações constantes na "*Nota Técnica 3110 (3764982)*", bem como o aceite incremental da "*Proposta Inteeri (3765691)*".

9. **DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

9.1. No que se refere aos requisitos de habilitação, certidões e declarações, conforme previsto no item 11 do "Termo de Referência nº 71/2025 - V.2 (3651652)", foram juntados aos autos os seguintes documentos:

HABILITAÇÃO	DESCRIPTIVO	SIM, NÃO, N/A	ID SEI	OBSERVAÇÕES
Jurídica	Ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores	SIM	3654902	

Técnica	Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso	N/A	-	-
	Prova de inscrição no CNPJ ou no CPF, conforme o caso;	SIM	3768814	Pagina 5.
	Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela RFB e pela PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);	SIM	3768814	Pagina 1.
	Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);	SIM	3768814	Paginas 1 e 2.

Fiscal, social e trabalhista	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de CNDT	SIM	3768814	Paginas 1 e 7.
	Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;	SIM	3653066	CF/DF: 0767506900113
	Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre	SIM	3768814	Pagina 1.
	TCU - Inidôneos - Licitantes Inidôneos	SIM	3768814 3768817	Paginas 6 e 8 Pagina 4
	CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (Empresa)	SIM	3768814	Paginas 6 e 9
	CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (Sócios)	SIM	3768817	Paginas 4 e 7

Certidões/Declarações	CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas	SIM	3768814	Paginas 6 e 8
	CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas	SIM	3768814	Paginas 6 e 8
	Declaração de Inexistência de emprego de mão de obra de menor	SIM	3635707	Assinatura comprovada através da Carteira Nacional de Habilitação ( 3635704)
	CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal	SIM	3768819	Situação: REGULAR

9.2. Ademais, ratifica-se as justificativas apresentadas nos subitens 11.12.3 do "Termo de Referência nº 71/2025 - V.2 (3651652)", restando dispensadas a apresentação de documentação relativa à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira, nos termos do art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Tal dispensa encontra respaldo nas notas explicativas da Advocacia-Geral da União (AGU), constantes nos Modelos da Lei nº 14.133/2021 para Contratação Direta, os quais orientam a aplicação da norma em contratações por inexigibilidade.

## 10. DOCUMENTOS PRODUZIDOS PELA COLIC

10.1. A atuação desta Coordenação de Licitações (COLIC), no presente processo, materializou-se por meio da análise técnico-administrativa dos artefatos elaborados, especialmente no que se refere à aplicação da legislação pertinente às licitações públicas. Ademais, procedeu-se à juntada dos seguintes documentos:

- 10.1.1. Despacho de Indicação de Ponto Focal (3634939);
- 10.1.2. Manual de Orientações para Instrução Processual (3634963);
- 10.1.3. Lista de Verificação - Contratação Direta (3634891) , com o escopo de verificar o cumprimento dos parâmetros e diretrizes voltados à consecução, sob o prisma administrativo, da conformidade dos documentos produzidos pelo Ponto Focal da contratação, e
- 10.1.4. Anexos I e II (3634938).

## 11. DA DISPENSABILIDADE DE MANIFESTAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA

11.1. No presente processo, não se faz obrigatória a manifestação da assessoria jurídica, uma vez que o valor da contratação é inferior ao limite estabelecido no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, conforme dispõe a Orientação Normativa AGU nº 69/2021, transcrita a seguir:

*Não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, e § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação. Aplica-se o mesmo entendimento às contratações diretas fundadas no art. 74, da Lei nº 14.133, de 2021, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021.*

## 12. CONCLUSÃO

12.1. Diante do exposto, e constatada a regularidade da instrução processual, bem como o atendimento integral aos requisitos legais aplicáveis, recomenda-se o encaminhamento dos autos à apreciação do Coordenador-Geral, para prosseguimento do feito, e posterior remessa à Diretora de Gestão Corporativa, com vistas à **autorização do aditamento** à contratação por inexigibilidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Uma vez obtida a autorização, deverá ser providenciada a publicação do aditamento no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), em conformidade com os arts. 94 e 174 da referida Lei, garantindo a devida transparência e publicidade do ajuste.

12.3. Na sequência, os autos deverão ser encaminhados à Coordenação-Geral de Contabilidade, Orçamento e Finanças (CGCOF/DGC) para a **aditamento** da Nota de Empenho (3671301), emitida em favor da empresa INTEERI Desenvolvimento e Expansão Gerencial, inscrita no CNPJ de nº 19.887.061/0001-40, responsável pela execução do evento de capacitação intitulado “Treinamento de Comunicação Assertiva e Diálogo de Desenvolvimento na CGU”.

Atenciosamente,

**Paulo César Ferreira de Souza**  
Agente Administrativo  
COLIC/CGLCD/DGC/SE/CGU

De acordo.

Encaminhem-se os autos ao Coordenador-Geral de Licitações, Contratos e Documentação para avaliação e, se for o caso, posterior remessa à Diretora de Gestão Corporativa, com vistas à obtenção da autorização de aditamento à contratação ora tratada.

**Hugo Marcus Silva Teixeira**  
Coordenador de Licitações  
COLIC/CGLCD/DGC/SE/CGU

De acordo.

Encaminhe-se à Diretora de Gestão Corporativa, para avaliação e, se for o caso, autorização de aditamento à contratação.

**Jefferson de Freitas Martins**  
Coordenador-Geral de Licitações, Contratos e Documentação  
CGLCD/DGC/SE/CGU

#### DESPACHO AUTORIZAÇÃO DGC

1. Ciente das informações prestadas pela Coordenação de Licitações (COLIC), as quais adoto como fundamento, **AUTORIZO**, em observância ao art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, o aditamento à contratação resultante da Inexigibilidade de Licitação nº 88/2025, fundamentada no art. 74, inciso III, alínea “f”, do mesmo diploma legal.
2. Considerando tratar-se de atividade de custeio, **AUTORIZO** o aditamento à contratação, nos termos do art. 3º, § 2º, do Decreto nº 10.193/2019, combinado com o art. 3º da Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, e com fundamento na delegação constante da Portaria nº 732/2023 - Atividades de Custeio (3652725).

**Bianca Cristina Lessa Enders**  
Diretora de Gestão Corporativa  
DGC/SE/CGU



Documento assinado eletronicamente por **PAULO CESAR FERREIRA DE SOUZA**, **Agente Administrativo**, em 05/09/2025, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **HUGO MARCUS SILVA TEIXEIRENSE**, **Coordenador**, em 05/09/2025, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---



Documento assinado eletronicamente por **JEFFERSON DE FREITAS MARTINS**, **Coordenador-Geral**, em 08/09/2025, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

---



Documento assinado eletronicamente por **BIANCA CRISTINA LESSA ENDERS**, **Diretora de Gestão Corporativa**, em 08/09/2025, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 3768820 e o código CRC EA85E2B1

---

**Referência:** Processo nº 00190.104197/2025-21

SEI nº 3768820